

**SÃO PAULO PROGRIDE... MAS PARA QUEM? NOTAS SOBRE A
OCUPAÇÃO HUMANA E A LÓGICA CAPITALISTA NA REMODELAÇÃO
DO ANHANGABAÚ (1877-1917)**

Rafael Carlos Lima Oliveira
Mestrando – Programa de Pós-Graduação em História Social
FFLCH/USP
Rafael.Carlos.Oliveira@usp.br

A virada do século XIX – XX foi marcada por uma intensa metamorfose urbana na cidade de São Paulo, responsável por transformar um vilarejo até então colonial – representado pelo fotógrafo Militão Augusto de Azevedo em seu “Álbum comparativo de vistas da cidade de São Paulo”, publicado em 1887 – numa metrópole em ascensão. Era o momento de se aproximar dos grandes centros mundiais¹, de adotar uma arquitetura eclética que expressasse o desenvolvimento pelo qual a capital passava. Em suma, era hora de fazer jus ao discurso que se propagava pelas ruas: *São Paulo Progride*.

Com discurso, não nos limitamos a difusão verbal, mas também a comunicação visual que imperava nos logradouros. Para além das constantes demolições e dos imensos canteiros de obras presentes por todo o espaço urbano, era possível ver constantemente “indicadores do progresso”, ou seja, propagandas que alardeavam as melhorias pelas quais a cidade atravessava. Dentre elas, destacam-se duas, presentes nas fotografias do italiano Aurélio Becherini: “São Paulo Progride”, retratada na imagem do Largo do Ouvidor e da Rua Quintino Bocaiuva em direção à Rua Direita, de 1906; e “Demolição de prédio. Grande liquidação”, no cruzamento da rua Marechal Deodoro e Rua da Esperança, de 1910.

Longe de representar conflitos, as fotografias aparentam uma certa indiferença dos passantes com as faixas expostas. Os logradouros fotografados, localizados no coração da cidade, poderiam transmitir à primeira vista uma falsa impressão de uniformidade e ausência de divergências entre os atores urbanos, como se as transformações fossem percebidas com certa naturalidade. A ideia de “progresso”, amplamente difundida no

¹ Essa aproximação em muito se traduzia no desejo de transformar São Paulo em um espetáculo de modernidade, tal qual se expunham nas exposições universais européias. Essas, como pontua Sandra Pesavento, “funcionaram como síntese e exteriorização da modernidade dos ‘novos tempos’ e como vitrina de exibição dos inventos e mercadorias postos à disposição do mundo pelo sistema de fábrica” (PESAVENTO, 1997, p. 14). O Brasil, por sua vez, além de participar de várias das exposições européias, chegou a organizar a sua própria exposição nacional. Dessa forma, as exposições funcionavam como “um instrumento de sedução social ou ainda como um lugar de celebração da utopia. Ser moderno, progressista, tecnificado, quem não desejaria?” (PESAVENTO, 1997, p. 16).



Fotografias 01 e 02: “São Paulo Progride” – São Paulo, Largo do Ouvidor e a Rua Quintino Bocaiuva em direção a Rua Direita, 1906; e “Demolição de prédio. Grande liquidação” – Rua Marechal Deodoro e parte da rua da Esperança, 1910. Aurélio Becherini. Acervo Casa da Imagem.

período, contudo, era restrita. O processo de urbanização em curso nunca teve como objetivo realizar uma expansão democrática, e, tendo os bens de raiz se transformado no principal investimento econômico do período, a tendência era de uma ainda maior concentração de riqueza e imóveis nas mãos das classes altas (DIAS, 2005).

Dessa forma, se por um lado podemos encontrar essa nova cidade – facilmente representada em sua arquitetura – nas quatro séries de cartões postais produzidas pelo fotógrafo suíço-brasileiro Guilherme Gaensly até meados de 1921², uma análise minuciosa das imagens tomadas nos logradouros centrais denunciaria que grande parte dos seus transeuntes não acompanhava essa modernização³, sendo possível encontrar indivíduos descalços, ambulantes, vendedores de animais dentre outros tipos sociais incompatíveis com o novo projeto de cidade que se gestava aos poucos (FREHSE, 2011). Estes, que também poderiam ser vistos nas fotografias de Vincenzo Pastore (PASTORE, 2009) das ruas da Esperança, Largo da Sé e Rua da Direita, habitavam os cortiços que se

² Toma-se como base a relação de quatro séries fotográficas descritas por Rubens Fernandes Junior. São elas: *Lembranças de São Paulo* ([Gaensly & Lindemann, São Paulo] [G. Gaensly]), *Série Iª* ([Guilh. Gaensly]), *Série A n°* - ([Guilherme Gaensly, S. Paulo]), *Série B n°* - ([Guilherme Gaensly, S. Paulo]) (GAENSLY, 2011).

³ A ideia de modernidade como uma ruptura radical com o passado ou, em outras palavras, um processo de *creative destruction* – termo cunhado por Joseph Schumpeter em seu livro *Capitalism, Socialism and Democracy* (SHUMPETER, 1942) – já foi abordado, dentre outros autores, por David Harvey ao pensar a construção da modernidade parisiense em seu livro “Paris capital da modernidade” (HARVEY, 2015) para quem essa ideia se configura como um mito uma vez que é impossível conseguir mudanças sem que elas já estejam latentes no seio da sociedade e, logo, como pontua Saint-Simon e posteriormente Marx, a ideia de uma modernização em contraposição a uma modernidade ganha mais sentido.

espalhavam pela cidade, assim como as casas térreas de porta de janela, quartos individuais para locação e uma série de imóveis populares predominantes no tecido urbano, bem distintos dos sobrados e palacetes ligado as elites (OLIVEIRA, 2005). Esses indivíduos, como pontua a socióloga Fraya Frehse, constituíam um “entrave social” ou um “obstáculo à modernização” que estariam, em geral, “associados a traços socioculturais de fortes implicações econômicas e políticas” (FREHSE, 2011, p. 24)

Esses entraves, contudo, eram duplos: físicos e humanos. A grande barreira material para expansão dessa cidade em ascensão estava no Vale do Anhangabaú. Tido como o grande entrave para conectar o triângulo histórico ao florescente bairro do Chá, sua transposição seria possível somente com a edificação do Viaduto do Chá, proposto em 1877 pelo arquiteto e litógrafo francês Jules Martin. Esse processo, tal qual pontua o arquiteto Pablo Herreñu, faria com que a região do Vale do Anhangabaú passasse de “barreira” para “lugar”, ou seja, deixasse de ser visto como o entrave no desenvolvimento urbano para ser um campo de possibilidades em aberto, principalmente no que se refere a especulação imobiliária (HERREÑU, 2007).

Essas possibilidades, para nós, atingiram seu ápice com a inauguração do Theatro Municipal, em 1911, momento em que o Anhangabaú passaria a ser visto definitivamente não apenas como via principal de entrada da cidade, mas como seu cartão de visitas. A construção dessa estética visual, materializada no Vale do Anhangabaú, contudo, condicionava-se a ampla retirada das edificações que compunham seu entorno, e que foram eternizadas na fotografia denominada “Viaducto do Chá”, de Guilherme Gaensly, pertencente a sua “Série B Série Colorida (G. Gaensly, S. Paulo)”.



Fotografia 03: Postal n. 24, vista do Viaduto do Chá, possivelmente tomada do edifício do Grande Hotel, da *Rotissiere Sportman*. Do lado esquerdo o Teatro São José, do direito o Theatro Municipal. No Vale do Anhangabaú, as casas da rua Formosa, lado ímpar. Acervo Desconhecido.

Mas o que eram essas construções? E quem as ocupava? Em outras palavras, quem eram os moradores que deveriam dar lugar a passagem do progresso? E o que esse progresso, efetivamente, lhes traria? Localizadas nas ruas Líbero Badaró e Formosa, os estudos de referência associam-nas de forma dúbia: uns como uma zona degradada e outros como espaço de amplos sobrados, grande parte pertencentes ao Barão de Itapetininga e, posteriormente, ao Conde de Prates. Segundo José Geraldo Simões Junior em sua obra “Anhangabaú: história e urbanismo”, as casas da rua Líbero Badaró – semelhantes às da rua Formosa e pertencentes ao mesmo dono, ainda que localizadas na outra ponta do Vale – “eram cerca de quinze casas de aluguel transformadas em cortiços e prostíbulos” (SIMÕES JUNIOR, 2004, p. 139). Seguindo as ideias de “casebres precários” estão as percepções de Candido Malta Campos ao apontar que “o Morro do Chá apresentava aspecto quase rural: por trás dos fundos descuidados do casario baixo das ruas Líbero Badaró e Formosa, hortas e capoeiras ocupavam as margens do canal aberto que continham o córrego Anhangabaú” (CAMPOS, 2002, p. 110). A ideia de que as “velhas casinholas da rua Formosa” (TELLES, 1907, p. 41-42 *apud* SIMÕES JR., 1995, p. 74-75) se tratariam, na verdade, de sobrados habitados por uma classe de alta renda, seria contraposta em trabalhos recentes. O geógrafo Jaime Oliva em seu artigo “A produção do ‘olhar urbano’ na primeira década do século XX, na cidade de São Paulo”, ao analisar uma carta de Antonietta Penteadado da Silva Prado – mãe de Caio Prado Junior – a sua mãe, a sra. Ana Paulina de Lacerda Franco, chama atenção a um trecho da narrativa, referente a inauguração do Theatro Municipal: “Hoje inaugura-se o Theatro Municipal. Há grande entusiasmo. O Theatro está lindo e contrasta com os casebres que o rodeiam” (OLIVA, 2016, p. 255). Para Oliva, tal narrativa causa certo espanto, visto que

"E aqui há toda uma curiosidade que nos parece relevante e que vale a pena explorar: “os casebres” realmente contrastam com a suntuosidade do teatro, mas não são... casebres. Fotos históricas da época, como as que publicamos, nos apresentam conjunto de casas muito bem construídas, que se afastam radicalmente da visão e do significado de casebre em nossos dias." (OLIVA, 2016, p. 257).

Nenhum dos autores, contudo, vai além e se debruça sobre suas estruturas internas, tampouco sobre sua ocupação humana. Essa ausência analítica nos trabalhos

sobre o Anhangabaú até então publicados, referente ao indivíduo que habita o espaço desapropriado, compõe uma importante lacuna historiográfica ao qual nos debruçaremos neste trabalho. Para tentar elucidar a questão, nos concentraremos na rua Formosa. Analisando a documentação do período, percebemos que o edital de lançamento de imposto sobre muros de 1881 nos confirma a concentração de propriedades do referido logradouro entre poucas figuras da elite paulistana, tendo os terrenos do Barão de Itapetininga (falecido em 11 de julho de 1876) sido transmitidos ao Barão de Tatuhy pelo casamento com a Baronesa de Itapetininga, poucos anos após a morte de seu marido. Dessa forma, ele figura como o maior concentrador de terra da região, detendo 213 metros que lhe custavam a importância de 121\$500. Os imóveis, longe de serem utilizados para moradia própria, eram empregados no mercado rentista, prática comum no período, tal qual nos mostra um anúncio veiculado no jornal “A Província de São Paulo” em 17 de abril de 1885.

IMPOSTO—500		
SEGUNDO PERIMETRO		
Rua Formosa		
Delphin Pereira de Abreu	10,00	5\$000
Dr. José Alvares Cerquera Cesar	16,00	8\$000
Mariana Carolina de Camargo	10,00	5\$000
Dr. Paiva Baracho	13,50	6\$750
Mariano José de Medeiros	8,50	4\$250
Barão de Tatuhy	213,00	121\$500
Francisco Ignacio Quartim	68,00	34\$000
Padre Julio Marcondes	9,00	4\$500
Major Domingos Sertorio	31,50	15\$750
Malachias Rogerio de Salles Guerra	53,00	26\$500
Coronel Antonio Proost Rodvalho	35,50	17\$750
Francisco Sampaio Moreira	53,70	26\$850

Casas

Seguro emprego de capital

Vendem se as seguintes :

- Rua Helvecia.**
- Rua Formosa.**
- Rua dos Estudantes.**
- Rua do Gazometro.**
- Rua dos Gusmões.**
- Rua do Ypiranga.**
- Rua dos Inglezes.**
- Rua Vinte e Quatro de Maio.**
- Rua da Boa Vista.**

Trata-se na travessa do Rozario, n. 21, com E. Rangel Pestana.

Jornais 01 e 02: No primeiro, imposto sobre perímetro da Rua Formosa, veiculado no jornal “A Província de São Paulo” na Edição Nacional, página 3, de 21 de novembro de 1882. No segundo, anúncio de casas para venda, que poderiam ser empregadas no mercado rentista, veiculado no mesmo jornal na Edição Nacional, página 3, de 17 de abril de 1885.

Visando definir os arrendatários, passamos a análise da fotografia de Frédéric Manuel “Vista parcial da cidade, vê-se o Viaduto do Chá”, datada de 1906 e parte do acervo da Biblioteca Nacional (fotografia 04). Manuel retrata a região após a construção do Viaduto do Chá, mas anterior ao Theatro Municipal. Em primeiro plano (figura 01) têm-se as casas do lado par da rua Formosa. A fotografia nos mostra casas simples, térreas, de porta e janela e sem adornos. À primeira vista, vão ao encontro da descrição

feita pela historiadora Maria Luiza Ferreira de Oliveira em seu livro “Entre a casa e o armazém” quando esta explora as formas de morar das classes médias, a saber:

Interessa saber como a moradia das camadas médias urbanas foi se transformando nas últimas décadas do século XIX. A historiografia já vem frisando, há muito tempo, a amplitude das mudanças ocorridas nesse período nas formas e técnicas de construção. Vimos nos inventários da década de 1880 a predominância das casas térreas: de porta e janela, de porta e duas ou três janelas, de parede de mão, com ou sem quintal. Já começam a aparecer as casas de tijolos, os quintais fechados por muros de tijolos e, de vez em quando, um poço com bomba. Como estágio de transição entre a simples casa térrea e o sobrado, destacam-se as casas térreas de dois ou três lanços (OLIVEIRA, 2005, p. 351).



Fotografia 04: “Vista parcial da cidade, vê-se o Viaduto do Chá”, originalmente e dividida em três planos de análise. Fotografia de Frédéric Manuel, 1906. Acervo da Biblioteca Nacional.

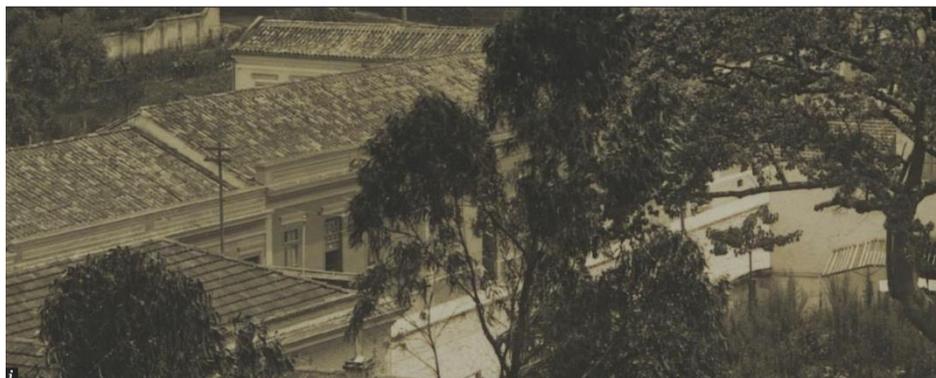


Figura 01: Recorte da fotografia “Vista parcial da cidade, vê-se o Viaduto do Chá”, com destaque para o plano intermediário, onde é possível ver mais precisamente a parte frontal das casas da rua Formosa.

Dessa forma, ventila-se a hipótese da existência, se não de uma classe pobre, de uma classe intermediária habitando a região. A ideia toma corpo quando analisamos o primeiro plano da fotografia (figura 02), mais especificamente as casas do lado par da rua Formosa. Apesar de aparentar possuir uma fachada ampla, a parte interior da casa em primeiro plano demonstra uma construção irregular, marcada pelo que aparenta ser casinhas menores que dividem o mesmo lote com a casa maior, que possui frente para a rua.



Figura 02: Recorte da fotografia “Vista parcial da cidade, vê-se o Viaduto do Chá”, com destaque para o primeiro plano, onde é possível ver mais precisamente a parte traseira das casas da rua Formosa, lado par.

As casas aparentam estar extremamente malconservadas, tendo sido construídas de maneira simples, sendo térreas de porta e janela, com pinturas descascando e algumas separadas por um muro da casa central. Com um foco ainda mais perto (figura 03), é possível ver que se tratam de casas diferentes por estarem numeradas de 2 a 6, sendo a número 1, provavelmente, a casa central, com saída para a rua. Nas casas do outro lado do muro (figura 04), vê-se grande quantidade de roupas postas para secar, outras espalhados pelo chão junto de entulhos diversos e a frase “Orazi Pintor En...” escrito em uma das casas, provavelmente indicando a profissão de seu morador. A análise aproximada das casas nos leva a cogitar a existência de um cortiço ou, de outro modo, a descrição visual do que Maria Luiza apresenta como as formas de moradia paulistana no final do séc. XIX.. Essas casas “de porta e janela” seriam apontadas por ela como as mais comuns de serem encontradas para alugar, sendo composta de dois a, no máximo, cinco cômodos, interior bastante simples e costumeiramente procuradas por trabalhadores humildes.

Significativamente, as descrições internas indicam um agenciamento tradicional da casa paulistana. Eram casas da tipologia dominante nos

inventários (porta e duas janelas, ou porta e janela) o que nos dá a ideia de como a maioria das famílias com as quais lidamos vivia, e nos fala sobre os seus métodos de construção (com pequenas modificações, por exemplo, a dispensa no lugar da contra-alcova). Eram casas de porta e janela, de um lanço, da população mestiça e pobre. Carlos Lemos define esse tipo de planta como da casa popular, onde há a superposição das funções serviço e estar, ocupação doméstica e lazer, e se caracterizariam por se localizar nos arrabaldes e saídas da cidade; casas de porta e janela, de um lanço, da população mestiça e pobre. (OLIVEIRA, 2005, p. 358).



Figura 03: Recorte da fotografia “Vista parcial da cidade, vê-se o Viaduto do Chá”, com enfoque para a numeração das casas. Em destaque, as casas de número 5 e 6.



Figura 04: Recorte da fotografia “Vista parcial da cidade, vê-se o Viaduto do Chá”, com enfoque para as casas além muro. Em destaque, escrito em uma das casas “Orazi Pintor En...”.

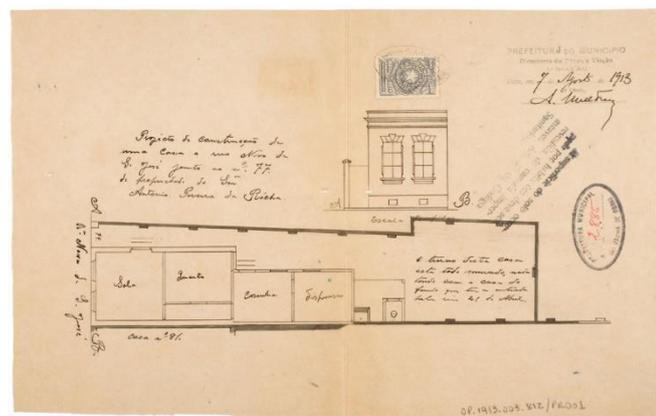
As suposições acerca da identidade dos moradores se confirmam ao analisarmos uma outra vertente documental: os livros administrativos de grupos escolares localizados próximos a região do Anhangabaú, dentre os quais destacamos a Escola Masculina da Rua Formosa, a Escola Feminina do Morro do Chá, a Escola Pública Feminina do Nono Distrito Escolar da Capital (Consolação) e a Escola Feminina dos Campos Elísios.

Figura 05: Livro de matrícula da Escola Masculina da Rua Formosa. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Dentre os livros consultados, foram encontrados 17 estudantes moradores da rua Formosa com matrícula ativa nas quatro instituições anteriormente mencionadas. De acordo com os mesmos, 14 possuem naturalidade na cidade de São Paulo, 03 em cidades do interior do estado e 03 em países estrangeiros (Itália e Portugal). Todos se matricularam após o início da Primeira República, tendo o registro mais antigo ocorrido em 1890. Em sua maioria, os estudantes advêm de famílias cuja profissão paterna representa, se não uma ocupação de baixa renda, uma ocupação típica de uma cidade que começava a se edificar e, como tal, expressava a demanda por uma mão de obra incomum a uma cidade colonial. Dessa forma, os livros nos informam da existência de 05 negociantes, 01 empregado, 03 carregadores, 02 pedreiros, 01 barbeiro, 01 engomadeira, 01 professor e 01 operário. Os mesmos também nos indicam a ascensão social de algumas das famílias, bem como a mudança no perfil empregatício da nova cidade: o estudante italiano Guido Catari, 7 anos, da Escola Masculina da Rua Formosa, informa em sua inscrição para o ano de 1908 que seu pai, Amilcar Catani, atua como “negociante”. Contudo, para sua rematrícula, realizada em 26 de janeiro de 1909, a profissão é

modificada, passando a constar como “professor”. O mesmo ocorre com Antônio Buono, 10 anos, aluno da mesma escola, ao informar em sua matrícula primitiva que seu pai, Januário Buono, atua como “pedreiro”. Para a primeira matrícula, realizada em 26 de janeiro de 1909, a profissão se manteve mas, para o ano de 1910, passa a constar como “operário”.

A planta da casa apontada por Januário Buono como sendo sua residência – na rua Formosa, número 16 – faz parte do fundo da “Prefeitura Municipal de São Paulo”, subfundo “Diretoria de Obras e Viação” na série “Obras Particulares”, tendo sido submetida a municipalidade através do requerimento nº 103119, impetrado em 21 de fevereiro de 1911 por Manuel Asson. Nele, o requerente solicitava a municipalidade uma licença para a construção de um barracão no terreno e a abertura de portas no lugar de janelas, caracterizando o imóvel como sendo de uso misto (moradia e serviços). A análise da planta nos permite encontrar uma casa de cinco cômodos não identificados, uma região frontal onde se lê “sala que ficará sendo casa”, uma passagem lateral para os fundos do terreno, uma área externa e o local onde será construído o barracão, indicado pelo requerente como “barracão para oficina de encanador”, seguido de uma nova área de quintal. Ainda que não haja identificação dos cômodos da casa na referida planta, uma análise comparativa com outras estruturas residenciais do período nos permite auferir quais seriam os possíveis espaços internos: sala, quarto, cozinha, sala de jantar, dispensa e banheiro. Tem-se como base de comparação a planta da casa n. 77 da rua Nova de São José, submetida a municipalidade no ano de 1913, cujo traçado guarda extrema semelhança com o da casa 16 da rua Formosa.



Plantas 01 e 02: Planta da casa de nº 16 da rua Formosa, segundo requerimento de 21 de fevereiro de 1911, tem como interessado Manuel Asson e proprietário Henrique Sertório. Eusébio Peixoto e proprietário Joaquim Belleza; e Planta da casa de nº 77 da rua Nova de São José, submetida a municipalidade no ano

de 1913, cujo traçado nos permite traçar paralelos com a planta 01. Acervo do Arquivo Histórico Municipal. Acervo do Arquivo Histórico Municipal.

Simultaneamente, o proprietário do imóvel indicado na referida planta é Henrique Sertório, e não Januário Buono como consta no livro de matrícula da Escola Masculina da Rua Formosa. Dessa forma, o cruzamento nos leva a associação de Buono como um possível arrendatário, mas não proprietário. O livro de matrículas indicaria ainda que Buono não seria o único morador: Antônio de Lima, empregado, e suas filhas Sybila Ferreira de Lima, de 11 anos, e Maria de Lourdes Lima, de 04 anos, alunas da Escola Feminina do Morro do Chá, também habitariam o mesmo imóvel que Buono.

Henrique Sertório, por sua vez, seria igualmente citado como proprietário do imóvel por João Baptista de Campos Aguirra, proprietário da firma “Aguirra & Cia – Comissários” e da empresa “Informações Aguirra. Informações sobre títulos de propriedades imobiliárias”⁴. Aguirra foi responsável pela produção de rico material documental, iconográfico, cartográfico dentre outras tipologias referentes a organização e divisão fundiária do território da capital paulista, atualmente pertencentes ao acervo do Museu Paulista da USP. Dessa forma, aprofundando as relações de posse fundiária, relataria em suas fichas ligadas ao logradouro que a propriedade chegaria à Henrique Sertório por meio de uma doação realizada por seu tio, o Major Domingos Sertório, em 20 de setembro de 1894, juntamente das casas 14 e 27 da mesma rua, totalizando um patrimônio de R\$ 30.000\$000. Vale destacar que Domingos Sertório, além de Major, era também vereador da cidade de São Paulo durante o período estudado (CARVALHO, 2015, p. 192), tendo proposto, dentre outras coisas, normas para a regulamentação de cortiços na cidade de São Paulo (SANTOS, 2012, p. 4). Também presidiu a seção de 20 de novembro de 1889, cinco dias após a proclamação da república, destinada a trocar os nomes das ruas paulistanas ligadas ao período imperial por outros que denotassem a república, dentre os quais a da antiga rua “São José”, que passaria a se chamar Líbero Badaró, importante jornalista e defensor das ideias liberais no Brasil (GOETA, 1944, Capítulo X – Esclarecimentos). Para além da vida pública, Sertório também era um reconhecido empresário, sendo acionista da Companhia Cantareira de Esgotos no ano de 1879 e diretor da Companhia Economizadora de Gás, em 1890 (CAMPOS, 2005, p. 15).

⁴ São Paulo, os estrangeiros e a construção da cidade: Fundo João Baptista de Campos Aguirra. Disponível em: <http://estrangeiros.fau.usp.br/page.php?name=acervo&op=aguirra>. Acessado em 12/12/2018.

Dessa forma, mostra-se claro para nós que as propriedades destinadas a seu sobrinho, Henrique Sertório, não foram doadas com propósito de moradia própria, mas sim de arrendamento. A família Sertório, tal qual a família Xavier (do Barão de Itapetinga), a família Prates e tantas outras do período citado, atuavam como grandes capitalistas dos terrenos urbanos, detendo imensurável quantidade de imóveis locados para sustentar uma “vida de renda”. Vale destacar que nem sempre tais terrenos foram adquiridos por via de herança ou compra, sendo muito comum a prática de grilagem como forma de aumento do patrimônio e obtenção da posse de terras devolutas⁵.

O caso de Buono ilustra uma de várias situações semelhantes encontrada nas documentações analisadas. A revelia de seus moradores, a remodelação do Anhangabaú destruiria toda a região e grande parte dos imóveis residenciais que lá se encontravam. Longe de serem proprietários de suas residências, os moradores aqui descritos eram arrendatários pobres e, de certa maneira, vítimas do progresso: sair de suas casas, ainda que alugadas, não lhes destinaria benefício algum, se não malefícios. Afastar-se do centro implicava em mudar-se outro local igualmente barato. Com as constantes obras de remodelação das áreas centrais, restaria às famílias as precárias várzeas dos rios, historicamente desvalorizadas e longe da grande oferta de serviços e infraestrutura.

Os verdadeiros donos, capitalistas da cidade, sem temerem as desapropriações na verdade ansiavam por elas: desapropriar um terreno, muitas vezes grilado, significava receber um grande ressarcimento da municipalidade. Ao mesmo tempo, remodelar permitiria segmentar os nichos sociais, restringindo-os, o que traduzir-se-ia como o primeiro passo para uma convivência selecionada. Como pontua Fraya Frehse, a rua que antes era tida como “zonas de confraternização entre os extremos sociais” consolidada na cidade dos oitocentos (FREHSE, 2011, p.28) passa, na sua leitura das idéias de Ana Lúcia Duarte Lanna, a ser “um espaço submetido a ‘privatização, esvaziamento e exclusão social’, com a ‘consolidação do mundo capitalista no país’(LANNA,1996, p. 113 apud FREHSE, 2011, p.30). Frehse continua através da leitura das idéias de Raquel Rolnik, que pontua que a capital “ingressa no século XX marcada por ‘um novo espaço público, limpo, exclusivo e onde impera a respeitabilidade burguesa’” (ROLNIK, 1997, p.28 apud FREHSE, 2011, p. 30).

⁵ Como aprofundado no trabalho de Mônica Silveira Brito denominado “Modernização e tradição: urbanização, propriedade da terra e crédito hipotecário em São Paulo, na segunda metade do século XIX”, principalmente no aspecto de como o mercado imobiliário e a prática de grilagem teriam se tornado íntimos durante o período (BRITO, 2006).

Dessa forma, as amplas demolições causadas em nome do “progresso” da cidade, bem como as reconstruções de alguns desses prédios, nunca tiveram como objetivo melhorar efetivamente a vida dos moradores anteriores, mas sim fomentar uma especulação capitalista da cidade cada vez mais intensa. Como aponta a historiadora Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno,

“os novos edifícios construídos no período destinavam-se a fins exclusivamente rentistas e pertenciam na íntegra a uma mesma família, num tipo de organização que antecedeu a lógica condominial. Muitos ainda estão nas mãos dos herdeiros dos antigos donos até hoje.” (BUENO, 2016, p. 117).

A ocupação residencial do Anhangabaú, após a remodelação, daria lugar a um intenso movimento mercantil. O comércio, como aponta Heloisa Barbuy, atuaria no período como atividade propulsora e dinamizadora dos modos de urbanização levados a efeito (BARBUY, 2006). Para a região, contudo, mais do que propulsor, ele atuaria como fim útil do processo de urbanização. Como já apontaria Harvey no caso parisiense, “a relação simbiótica entre espaços comerciais e públicos e sua apropriação privada mediante consumo se tornou fundamental. O espetáculo da mercadoria passou a atravessar a divisão entre público e privado, e efetivamente dominou e unificou os dois” (HARVEY, 2003, p. 291). Todos os agentes sociais que coabitavam na região das ruas Líbero Badaró e Formosa dariam espaço a uma mudança definitiva no caráter de ocupação do Centro Velho. A rua Formosa, por sua vez, seria quase completamente apagada do mapa para a construção dessa nova estética urbana. Não para qualquer comércio, contudo, mas sim um comércio selecionado. Como ainda aponta Barbuy,

“Aos poucos, aquele velho panorama de armazéns de secos e molhados, lojas de panos de algodão e hospedarias rústicas, vai sendo transformado pela presença das importadoras, das casas de moda, de vinhos, de materiais de construção, e dos hotéis de porte, a isso correspondendo novas conformações arquitetônicas e urbanísticas”. (BARBUY, 2006, P.28)

Contudo, mesmo nessa nova faceta, voltada às elites paulistanas, as remodelações não teriam força para fazê-la habitar a região. Os antigos locatários pobres de origem local dariam espaço a uma intensa ocupação imigrante, economicamente mais estável, mas não proprietária. Como ainda pontuaria Bueno,

“A nosso ver, foram os estrangeiros majoritariamente os locatários tanto das lojas como de uma nova tipologia de apartamentos projetada no perímetro central, sobretudo a partir de 1902, nos edifícios de uso misto. [...] Os comerciantes – em geral estrangeiros – foram, a nosso ver, na sua maioria inquilinos tanto das lojas como dos modernos apartamentos ainda não incorporados ao gosto da oligarquia” (BUENO, 2016, p. 122-123).

Dessa forma, os “indicadores do progresso”, inicialmente retratados, espalhados pela cidade atuaram incisivamente como uma sedução aos olhos: aparentavam um crescimento para todos, como forma de abafar ruídos contrários, confundir, ludibriar e falsamente integrar. Mais do que explorá-los a fundo, bem como os desdobramentos urbanos das modificações, o que se pretendeu elucidar aqui é um campo pouco aprofundado pelos estudos consolidados sobre a remodelação do Anhangabaú: a ocupação humana. O entendimento minucioso do perfil das figuras afetadas nas áreas historicamente desapropriadas, tal qual o Anhangabaú, nos abre um campo de trabalho mais refinado e sutil para mensurar o impacto dos mesmos processos. Esse debruçamento analítico, atualmente ausente, apela uma nova percepção sob o olhar da micro-história. Dessa forma, essas notas vêm como um estímulo a se explorar esse novo olhar, capaz de dar voz aos silêncios.

Bibliografia

BARBUY, Heloisa. **TOLEDO**, Benedito Lima de (pref). *A cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: EDUSP, 2006.

BECHERINI, Aurélio. **FERNANDES JUNIOR**, Rubens. **GARCIA**, Angela C. **MARTINS**, José de Souza. *Aurélio Becherini*. São Paulo, Cosac & Naify, 2009.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Arqueologia da paisagem urbana: lógicas, ritmos e atores na construção do centro histórico de São Paulo (1809-1942)*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. n. 64 100 • ago. 2016 (p. 99-130).

CAMPOS, Candido Malta. *Os rumos da cidade urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo, Editora SENAC, 2002.

CAMPOS, Cristina de. *A promoção e a produção das redes de águas e esgotos na cidade de São Paulo, 1875-1892*. An. mus. paul. São Paulo, v. 13, n. 2, p. 189-232, Dec. 2005.

CARVALHO, Paula. *De uma "cientificidade difusa": o coronel e as práticas colecionistas do Museu Sertório na São Paulo em fins do século XIX*. An. mus. paul. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 189-210, Dec. 2015

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 2001.

FREHSE, Fraya. *Ô da rua!: O transeunte e o advento da modernidade em São Paulo*. São Paulo: EDUSP, 2011.

GAENSLY, Guilherme. **KOSSOY**, Boris (text). **FERNANDES JUNIOR**, Rubens (text) (consult). **SEGAWA**, Hugo (text). **SIQUEIRA**, Henrique (coment). **MACHADO**, Cassiano Elek (coord). Guilherme Gaensly. São Paulo, Cosac Naify, 2011.

GOETA, Augusto. *Libero Badaró: o sacrifício de um paladino da liberdade*. São Paulo: Estabelecimento Gráfico E. Cupolo, 1944.

HARVEY, David. *Paris: capital da modernidade*. São Paulo, Boitempo, 2015.

HEREÑÚ, Pablo Emílio. **MEYER**, Regina Maria Prosperi (orient). *Sentidos do Anhangabaú*. São Paulo: 2007.

OLIVA, Jaime Tadeu. *A produção do “olhar urbano” na primeira década do século XX, na cidade de São Paulo*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. n. 65 • dez. 2016 (p. 252-259).

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **DIAS**, Maria Odila Leite da Silva (pref).

MONTELEONE, Joana (ed). **SEREZA**, Haroldo Ceravolo (ed). *Entre a casa e o armazém: relações sociais e experiência da urbanização. São Paulo, 1850-1900*. São Paulo, Alameda, 2005.

PASTORE, Vincenzo. **PRADO**, Antonio Arnoni. *Vicenzo Pastore: Na rua*. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo, Hucitec, 1997.

SANTOS, Regina Helena Vieira. *Vilas operárias como patrimônio industrial: vilas operárias... como preservá-las?* VI Colóquio- Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial. IPHAN, 2012.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. *Anhangabaú: história e urbanismo*. São Paulo, Editora SENAC São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2004.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Bottomore**, Tom (intr). *Capitalism, socialism, and democracy*. New York, N.Y., HarperPerennial, c1976, 1975. xiv, 431p. First published in 1975 by Harper & Row.